

## VITRINES DA REPÚBLICA: OS GRUPOS ESCOLARES EM SANTA CATARINA (1889-1930)<sup>1</sup>

*Vera Lucia Gaspar da Silva*<sup>2</sup>  
Universidade do Estado de Santa Catarina

### RESUMO

Este texto tem como objetivo apresentar uma leitura acerca da criação dos grupos escolares no Estado de Santa Catarina, leitura esta tecida com base na legislação do ensino da época enfocada e em testemunhos de professores que a viveram. Acolhe-se aqui a idéia de que na concepção dos Grupos Escolares estão refletidas características políticas, legais e administrativas que se materializam numa estrutura técnico-pedagógica. Nos documentos que normatizam a escola primária dos primeiros anos do século XX, uma recomendação é constante: não se deveria “perder oportunidade para imprimir no espírito dos alunos o amor ao **trabalho, à ordem, ao asseio**”. Estavam dados assim os primeiros traços que sustentariam o desenho de um tipo de escola primária que se tornaria referência para as demais: os grupos escolares. No território catarinense a racionalização do ensino, através de agrupamentos e supressão de escolas, pautada nos princípios já enunciados – trabalho, ordem e asseio -, data de finais do século XIX e início do século XX. Lei de 1901 autoriza o Poder Executivo a suprimir as escolas de instrução primária ou cursos de instrução secundária em que não se verificasse o número legal de frequência. Autoriza-o também a transformar em mistas as escolas que julgasse conveniente. Iniciava-se aqui a primeira ordenação do ensino catarinense do período republicano. Esta lei se materializa como sinal da evolução que se busca firmar e sinaliza a unidade que marcava os dois projetos: o dos grupos escolares e o das escolas normais. Atos posteriores indicam que São Paulo se efetivou como estado de referência para a edificação da política educacional catarinense, a exemplo do que se verifica em outros estados da República. A contratação de um educador disponibilizado pelo governo paulista selaria esta intenção. Contratado inicialmente para dirigir o Colégio Municipal de Joinville (1907-1909), o educador Orestes Guimarães seduz figuras públicas importantes e o sucessor no comando do estado. O governador Vidal Ramos alça-o à condição de Inspetor Geral da Instrução Pública em 1910. Nesta condição, seus poderes e influência foram espalhados da esfera municipal para atingir todo o estado. A criação dos grupos escolares, um dos marcos da atuação de Orestes Guimarães, integra o projeto republicano catarinense de “reinvenção das cidades”, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade. Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam um conjunto alargado da população, mas serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção. Quem sentasse em seus bancos teria um lugar “assegurado” na tessitura social. Cabe lembrar que, nos primeiros anos do século passado a população vizinha dos grupos escolares era formada, em boa parte, pelos estratos médios e pela elite local. Lembremo-nos de que o reordenamento urbano do qual os grupos escolares faziam parte era composto também de projetos de assepsia das partes centrais das cidades. Neste processo, os pobres e os marginais eram cuidadosamente removidos para não perturbar a paisagem urbana e a vitrine com que a República buscava se visibilizar.

<sup>1</sup> Versão Resumida para adequação a chamada do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação.

<sup>2</sup> Professora do Centro de Ciências da Educação – FAED -, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC. Doutora em Educação (História da Educação e Historiografia) pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP.

## TRABALHO COMPLETO

Na concepção dos Grupos Escolares estão refletidas características políticas, legais e administrativas que se materializam numa estrutura técnico-pedagógica. Nos documentos que normatizam a escola primária dos primeiros anos do século XX, uma recomendação é constante: não se deveria “perder oportunidade para imprimir no espírito dos alunos o amor ao **trabalho, à ordem, ao asseio**”. Estavam dados aqui os primeiros traços que sustentariam o desenho de um tipo de escola primária que se tornaria referência para as demais: os grupos escolares.

Em Santa Catarina, a racionalização do ensino, através de agrupamentos e supressão de escolas, pautada nos princípios já enunciados – trabalho, ordem e asseio -, data de finais do século XIX. Lei de 1901<sup>3</sup>, por exemplo, autoriza o Poder Executivo a suprimir as escolas de instrução primária ou cursos de instrução secundária em que não se verificasse o número legal de frequência. Autoriza-o também a transformar em mistas as escolas que julgasse conveniente. Iniciava-se assim a primeira ordenação do ensino do período republicano. Embora a literatura da área indique a reforma autorizada em 1910<sup>4</sup> como marco na criação dos grupos escolares neste estado, um texto de 1904<sup>5</sup> já se referia a eles, sugerindo a intenção de criá-los desde os primeiros anos do século XX. Esta lei registra um projeto de escolarização para o estado, o de substituir gradualmente as “escolas singulares” por grupos escolares. Também menciona a intenção do aproveitamento de professores já formados pela Escola Normal como diretores dos grupos escolares. Este texto, como sinal da evolução que se firma, sinaliza a unidade que marcava os dois projetos: o dos grupos escolares e o das escolas normais<sup>6</sup>. Estas últimas eram referidas e contempladas nas reformas como *locus* de formação do professorado que seria responsável pela escolarização da população. Aliás, a criação dos grupos escolares deu novo fôlego a esta categoria, que seria a responsável por materializar um projeto tão caro ao governo.

Na primeira década do século XX, o governador de Santa Catarina, Gustavo Richard (1906-1910), considerado um republicano ardente, busca implementar algumas ações afinadas com o desenho daquilo que vinha sendo construído nos estados de São Paulo e Minas Gerais, tidos, neste período, como referência de modernidade (principalmente o primeiro) em termos de ensino.

Já em 1907:

“O Governador do Estado poderá cada anno commissionar um professor publico que exerça o magisterio ha dous annos, pelo menos, para em qualquer dos Estados da Republica, onde a instrucção lhe pareça melhor orientada estudar os methodos de ensino e organização que melhor se prestem ao nosso meio. (...)

O comissionado terá licença com todos os vencimentos e passagens de ida e volta.”<sup>7</sup>

Por esta mesma lei, ficou o governador Gustavo Richard autorizado a contratar, para lecionar na Escola Normal e reorganizar o respectivo curso, um professor de comprovada competência no exercício do magistério, em alguns dos estados em que a instrução tivesse “conseguido mais adiantamento”. Atos posteriores indicam que São Paulo se efetivou como estado de referência. A contratação de um educador disponibilizado pelo governo paulista selaria esta intenção. Contratado inicialmente para dirigir o Colégio Municipal de Joinville (1907-1909), o educador Orestes Guimarães seduz figuras públicas importantes e o sucessor no comando do estado. O governador Vidal Ramos alça-o à condição de Inspetor Geral da Instrução Pública em 1910. Nesta condição, seus poderes e influência foram espalhados da esfera municipal para atingir todo o estado. Como relembra a professora Inês<sup>8</sup>, “no tempo de Vidal Ramos ele conseguiu de São Paulo um educador de muito valor:

<sup>3</sup> Fonte: Lei n.516, de 30 de agosto de 1901.

<sup>4</sup> Fonte: Lei n. 846, de 11 de outubro de 1910, efetivada pelo Decreto n. 585, de 19 de abril de 1911.

<sup>5</sup> Fonte: Lei n. 636, de 12 de setembro de 1904.

<sup>6</sup> Por exemplo, o Decreto n. 587, de 22 de abril de 1911, aprova e manda observar programa de ensino para Grupos Escolares e Escolas Isoladas. No mesmo dia aprova-se o Regimento Interno para os Grupos Escolares (Decreto n. 588, de 22 de abril de 1911), seguindo-se, uma semana mais tarde, a aprovação do novo Regulamento da Escola Normal (Decreto n. 593, de 30 de maio de 1911).

<sup>7</sup> Fonte: Lei 765, de 17 de setembro de 1907.

<sup>8</sup> Professora Inês Veiga Haas. Entrevista concedida a Ana Maria de Brito Gouvêa. Florianópolis, 25 de março de 1994. Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense.

Orestes Guimarães. Foi ele quem estabeleceu tudo sobre educação ... dali por diante tudo estava documentado: as escolas com seu regimento interno, com seu programa...” (1994, p. 14).

Através das leis que fixam as despesas e orçam as receitas anuais do poder público, é possível reconhecer a alocação de verbas para a construção de prédios escolares desde os primeiros anos do século XX, mas é em 1908 que um ato legal trata claramente do fechamento de seis escolas públicas da capital e da criação de dois grupos escolares. Sancionada pelo coronel Gustavo Richard, governador do estado, a lei prevê a construção de “dous edifícios especiaes que satisfaçam a todas as condições higienicas e que tenham a necessária capacidade de conter o numero de alumnos das escolas suprimidas”<sup>9</sup>. Estes prédios foram estrategicamente criados em pontos de grande visibilidade social, cravando no imaginário uma idéia de escola que não alcançou um conjunto mais geral da população, mas teve força para seduzi-la. Estas instituições sociais funcionaram como vitrines, mas expunham um produto que não estava à venda; deveria ser reverenciado, admirado, mas estava disponível para poucos.

A criação dos grupos escolares integra o projeto republicano catarinense de “reinvenção das cidades”, as quais deveriam se adequar aos padrões de urbanidade dos grandes centros, ou dos centros que encarnassem de forma mais visível os padrões urbanos de modernidade. Sua localização geográfica oferece indicativos de que estes não atendiam um conjunto alargado da população, mas serviam como símbolos importantes que demarcavam força política, registravam ação governamental e disseminavam um ideal de escola que prometia o alcance do progresso, a modernidade, a redenção. Quem sentasse em seus bancos teria um lugar “assegurado” na tessitura social. Cabe lembrar que, nos primeiros anos do século passado, a população vizinha dos grupos escolares era formada, em boa parte, pelos estratos médios e pela elite local. Lembremo-nos de que o reordenamento urbano do qual os grupos escolares faziam parte era composto também de projetos de assepsia das partes centrais das cidades. Neste processo, os pobres e os marginais eram cuidadosamente removidos para não perturbar a paisagem urbana.

Para além de uma reordenação de espaços, este projeto necessitava de homens com as competências necessárias para ocupá-los. Observe-se que as competências que a escola deveria inscrever nos corpos e mentes dos “novos” cidadãos – que aqui, defendia-se, deveriam ser cunhados sob o espírito republicano -, não estão distantes daqueles encampados por projetos estatais abrigados sob outras formas de regime político (o caso português é aqui um bom exemplo).

Estas modernas instituições foram projetadas de forma a abrigar com maestria os pressupostos do método intuitivo, ou lição das coisas, que primava por um ensino que partisse do simples para o complexo, do concreto para o abstrato, do particular para o geral, da síntese para a análise, enfim, um conjunto de procedimentos que se julgava mais afinado com as necessidades da época, particularmente a necessidade de instrumentalizar desde a infância o homem que o Estado - ancorado num pretenso espírito republicano – desejava ver circulando pelas cidades e compondo seus quadros administrativos e políticos, que se ampliavam de forma ímpar numa reorganização da máquina pública “liberta” pela proclamação da República. Não é de se estranhar que a elite política e administrativa do estado catarinense tenha sentado nos bancos dos grupos escolares. Estas escolas congregavam o que, em termos de ensino, havia de melhor à época. Para funcionar “sob o manto” do novo método – o intuitivo ou lição das coisas – estas instituições deveriam dispor – e parece que dispunham de fato – de um conjunto de recursos didático-pedagógicos que se distinguiam daqueles disponibilizados ao conjunto mais alargado da população que freqüentava as outras escolas públicas.

Os primeiros anos do século XX marcam, em Santa Catarina, um período no qual os governantes buscaram diminuir distâncias entre os discursos sobre a educação e sua materialidade. Uma série de ações – muitas de fachada, é necessário lembrar – foi empreendida na busca da concretização deste intento. Uma lei de 1904<sup>10</sup> acenava com subvenções estaduais às iniciativas municipais que organizassem escolas nos moldes dos grupos escolares, modelo já presente na retórica governamental como sinônimo de modernidade e progresso. O município de Joinville, importante foco de colonização alemã situado a norte do estado, foi pioneiro, iniciando seu intento com o “Collegio Municipal de Joinville”. Para organizá-lo e dirigi-lo, o governo catarinense recorreu ao governo

<sup>9</sup> Fonte: Lei n. 780, de 22 de agosto de 1908.

<sup>10</sup> Lei n. 636, de 12 de setembro de 1904.

paulista, que colocaria à disposição deste estado o professor Orestes de Oliveira Guimarães, contratado até 1909.

“Nascido na cidade de Taubaté, a 27 de fevereiro de 1871, ele formou-se professor pela Escola Normal da Capital naquele Estado, aos 18 anos. Iniciou o magistério em uma escola rural em Quiririm, na região de Taubaté. Foi diretor do Grupo Escolar ‘Dr. Lopes Chaves’ instalado em 1º de setembro de 1896 nesta cidade. Instalou – isto é, organizou – e dirigiu Grupos Escolares do ensino público paulista. Era, portanto, um profissional da confiança da Diretoria da Instrução Pública daquele Estado – um quadro técnico e burocrático – experiente e familiarizado com as diretrizes do ensino primário de seu Estado, quando foi designado para dirigir o Colégio Municipal de Joinville em 1907.” (Nóbrega 2003, p. 261)

A atuação de Orestes Guimarães à frente do Collegio Municipal de Joinville garantiu-lhe prestígio suficiente para que a escolha do reformador do ensino estadual recaísse sobre seu nome. Além de suas competências técnicas, suas articulações políticas pesaram na escolha, apesar do descontentamento de parte significativa da elite política catarinense, que via no cargo de Inspetor Geral da Instrução Pública um espaço precioso de ampliação de poder, seja na esfera do poder político-administrativo, seja nas bases de sustentação.

A reforma da instrução catarinense autorizada em 1910 e levada a efeito em 1911 sob o comando de Orestes Guimarães é tida como a mais importante reforma do ensino deste estado, considerando-se aquelas empreendidas ao longo do século. Não causa surpresa a constatação de que o primeiro grupo escolar catarinense tenha como origem o Collegio Municipal de Joinville, o qual, após reformas para adaptação, foi reinaugurado em 15 de novembro de 1911 com o nome de Grupo Escolar Conselheiro Mafra. O segundo grupo escolar do estado foi inaugurado em 10 de dezembro de 1912, na cidade de Laguna, localizada no litoral sul, e recebeu o nome de Jerônimo Coelho. No mesmo ano, no dia 24 de dezembro, a capital recebe festivamente o seu primeiro grupo escolar, com o nome de Lauro Muller. No ano seguinte, em 20 de maio, foi a vez do planalto serrano – berço de parte significativa da oligarquia política estadual – inaugurar seu grupo escolar que, não por acaso, recebeu o nome de Vidal Ramos, o governador da época. O próximo a ser inaugurado foi o Grupo Escolar Silveira de Souza, em 28 de setembro de 1913, situado na capital. Seguiu-se a inauguração, em 4 de dezembro de 1913, do Grupo Escolar Victor Meirelles, situado na cidade de Itajaí, litoral norte do estado. O Grupo Escolar Luiz Delfino, de Blumenau, abriu suas portas em 30 de dezembro de 1913. Nos sete “templos da modernidade” foram inscritos nomes de pessoas influentes no cenário político e eles foram inaugurados com grande pompa. A professora Maria dos Passos<sup>11</sup> se recorda que diretores de grupos de São Paulo vieram inaugurar o Grupo Escolar Silveira de Sousa; eram eles, Arlindo Rocha (ela hesita quanto ao sobrenome) e Dona Cacilda (provavelmente a esposa de Orestes Guimarães).

Para dirigir estas instituições, o governo estava autorizado a contratar professores de outros estados, tendo-se aberto crédito especial para concretizar esta tarefa<sup>12</sup>. À criação dos grupos segue-se uma série de atos que vão dar-lhes materialidade, como o de nomear diretores e professores. Acompanhando-os, observa-se que cada posto foi cuidadosamente ocupado. Em Lages, por exemplo, a direção do grupo escolar foi atribuída ao inspetor escolar Dr. Antonio Selistre de Campos. Uma série de nomeações sugere os contornos de um mapa bastante engenhoso, que desloca professores considerados “eficientes” para atuarem como docentes nos recém-criados grupos escolares, como se pode ver em documento de 1920, que exonera dos cargos vários normalistas lotados em diversas escolas, de diferentes municípios do estado, e os nomeia para exercerem atividade no Grupo Escolar Hercílio Luz, criado na cidade de Tubarão, ao sul do território catarinense<sup>13</sup>. O governo parecia disposto a investir muito de suas energias para não ver fracassado este projeto, que, mais que escolarizar a população, alimentava sonhos, o sonho de ascensão social, de alcance da modernidade, de inserção no mundo das luzes.

<sup>11</sup> Professora Maria dos Passos Oliveira (Dona Passinha). Entrevista concedida a Ana Maria de Brito Gouvêa e Vera Lucia Gaspar da Silva. Florianópolis, 29 de julho de 1999. Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense.

<sup>12</sup> Fonte: Lei n. 942, de 30 de agosto de 1912.

<sup>13</sup> Fonte: Resolução n. 2.169, de 1 de junho de 1920.

Em 1914<sup>14</sup>, a instrução pública catarinense é novamente alvo de revisão com organização do ensino que recupera e ordena pontos já presentes na Reforma da Instrução Pública de 1911.

Em 1914, texto que aprova e manda observar nova versão do Regimento Interno dos Grupos Escolares<sup>15</sup> define que estes “têm por fim ministrar a educação e instrução, conforme o programma aprovado pelo Governo”. Os diretores e professores estariam obrigados a cumprir o programa em toda a sua “inteireza, não sendo permitido supprimir partes, saltar ou inverter a ordem em que se acharem as partes”<sup>16</sup>. Vê-se que a função da escola não se restringia à socialização de conhecimentos, o que se abrigaria sob seu caráter “instrutivo”, mas que esta deveria ser também uma instância promotora da educação.

Em 1915, o governo continua organizando suas ações no sentido de levar adiante o projeto dos grupos escolares. As disposições sobre a instrução pública são encaminhadas de forma a agrupar e suprimir escolas em função da densidade populacional. Manter a estrutura demandada para os grupos escolares era tarefa dispendiosa, particularmente para um estado que já se endividara com empréstimos externos para a construção dos prédios que os abrigariam. Uma das saídas para a busca de recursos foi a criação da Caixa Escolar, uma forma engenhosa de envolver parte da sociedade e fazê-la contribuir direta e financeiramente neste projeto, sem revelar o quadro de fragilidade financeira. Outro expediente adotado para auxiliar na difusão e consolidação da instrução pública primária deu-se com a instituição da taxa de diversões, correspondente a 10%, cobrados em selo adesivo comum sobre o valor de cada bilhete de ingresso em casa de espetáculos ou diversões pagas<sup>17</sup>. Ainda, para auxiliar, com seus rendimentos, as despesas de instrução primária nas zonas rurais foi criado em 1921 o Fundo Escolar. Este fundo seria constituído, entre outros, pelo rendimento de metade da taxa de diversões, pelos descontos sofridos, por qualquer motivo, pelos funcionários da instrução pública, e pelo produto de multas aplicadas a professores ou responsáveis por alunos devido a infrações de leis do ensino<sup>18</sup>.

Valorizada nos discursos a frequência a estas instituições não era consenso entre a população; gerava resistência e exigia o uso da força – discursiva, policial, material, simbólica – para assegurar um nível de frequência que impedisse o naufrágio de uma iniciativa tão cara aos cofres públicos. Como recordou a professora Aurora<sup>19</sup>: “Nós íamos no meio daquele mato procurar alunos que estavam escondidos” (1994, p. 6).

Para levar adiante o seu projeto, o governo lançou mão do endividamento externo. Empréstimos para a construção de prédios escolares foram contraídos junto às casas bancárias inglesas Emile Erlanger & C. e Dunn Fischer & C., em 1909 e 1911. A construção dos edifícios que abrigariam os grupos escolares deveria ocupar mais ou menos a parte central da cidade, com localização e orientação que garantissem aos alunos ar puro e salubre, bastante luz, com paredes sobre as quais incidissem diretamente os raios solares, com “aspecto risonho, porem, modesto, sóbrio e sem ornamentos, cornijas etc.”; com ajardinamento na frente e arborização nas áreas dos recreios. Como relembra a professora Inês, “eles eram feitos mais ou menos com a mesma planta: o pavilhão, o jardimzinho interno, os pátios e um muro separando a parte masculina da parte feminina” (1994, p. 5). Confirmando o que registra a memória da professora, nestes prédios uma das alas seria destinada “à **secção masculina** e a outra à **secção feminina**”, assim mesmo, em negrito. Como recorda a professora Ada<sup>20</sup>, “naquela época tinha sala de aula só para meninos e sala de aula só para meninas. Nos pátios também eram separados; num os meninos e no outro as meninas” (1994, p. 4). A professora Maria dos Passos é outra que recorda que no Grupo Escolar Silveira de Sousa os galpões eram “separados com um muro: secção feminina e secção masculina” (1999, p. 4). Cada “secção” deveria constar de quatro salões amplos, ventilados, no mínimo de 9m x 7m x 5m. Além destes cômodos, cada grupo escolar deveria ter: um gabinete para o museu escolar; um gabinete para o diretor; um cômodo para a portaria; um galpão de abrigo para cada “secção”; em cada um deveriam ser instaladas privadas higiênicas,

<sup>14</sup> Revisão autorizada pela Lei nº 967, de 22 de agosto de 1913, e levada a efeito pelo Decreto nº 796, de 2 de maio de 1914.

<sup>15</sup> Revisão autorizada pela Lei n. 967, de 22 de agosto de 1913, e aprovada pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>16</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>17</sup> Fonte: Lei n. 1.207, de 21 de outubro de 1918.

<sup>18</sup> Fonte: Lei n. 1.380, de 21 de setembro de 1921.

<sup>19</sup> Professora Aurora Piazza de Mello. Entrevista concedida a Ana Maria de Brito Gouvêa. Florianópolis, 25 de março de 1994. Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense.

<sup>20</sup> Professora Ada Bicochi Ramos. Entrevista concedida a Rosinei da Silveira. Florianópolis, 29 de novembro de 1994. Acervo de História Oral do Museu da Escola Catarinense.

lavatórios e mictório no da “secção” masculina; pátios arborizados para os recreios de cada “secção”<sup>21</sup>. A determinação de que os recreios das secções (para meninos e meninas) deveriam acontecer “inteiramente” separados é clara. Vê-se uma estrutura arquitetônica projetada para educar desde suas paredes.

As classes de meninas seriam regidas somente por professoras, já que estas deveriam se ocupar também das aulas de “trabalhos de agulhas”; as dos meninos poderiam ser regidas por docentes de ambos os sexos. Nestas classes deveriam existir “carteiras hygienicas” em número suficiente à lotação (máximo de 50 alunos e mínimo de 16); “dois quadros negros parietaes, sendo um delles (o do lado) para exercícos e o outro (o do fundo da aula) para o lançamento das notas semanaes de applicação e comportamento”; um armário de porta de vidro, para arrecadação do material dos alunos; uma escrivaninha, com duas gavetas, para arrecadação do material de uso do professor; um estrado; um relógio; um porta-canetas; um tinteiro duplo; lápis; penas e uma pasta; um livro de chamada; um porta-mapas; uma cadeira para o professor e uma ou duas para visitantes; um quadro de horário; junto de cada tinteiro das mesas dos alunos deveria existir um “limpa-pennas”<sup>22</sup>.

As salas de aula deveriam ser construídas de forma a assegurar a cada aluno uma área de mais ou menos 1,40 m de superfície e 6 a 7 m<sup>3</sup> de ar por hora, com as paredes internas caiadas de cor amarelada ou esverdeada, com barras pintadas a óleo. Os aparelhos sanitários (dejectórios e mictórios) deveriam estar separados do edifício e diariamente lavados e desinfetados. Nas salas de aula e nos corredores existiriam escarradeiras, as quais deveriam ser lavadas, diariamente, com água fervendo. As carteiras escolares seriam de tipo reconhecidamente aprovado pela higiene escolar. Os quadros-negros, as carteiras e cadeiras individuais eram novidades pedagógicas que entravam com pompa nos grupos escolares. Uma série de outros recursos didático-pedagógicos conferia a estas instituições uma estética distintiva, se comparados aos de outras escolas públicas. Uma estética que elevava o status dos grupos, que conquistava um lugar de objeto de desejo. A ordenação espacial e didático-pedagógica era “calculada” de forma a favorecer a formação de cidadãos quietos, atenciosos, que tivessem um professor a autoridade – a referência maior, tudo isto ocupando um lugar que primava pela assepsia, uma assepsia que deveria ocupar não só o espaço físico, mas também os corpos e mentes.

Aos conteúdos, à maneira proposta para ensiná-los, à organização arquitetônica junta-se uma série de prescrições quanto à maneira de portar-se na escola e de utilizá-la. Seu funcionamento é regado nos mínimos detalhes: onde dispor os materiais, a quem solicitar, como recuperá-los ou substituí-los. O diretor deveria fiscalizar pessoalmente, zelando pelo patrimônio escolar e assegurando o cumprimento de prescrições como: lavagem mensal dos compartimentos, a ser feita com panos molhados com água e creolina, não sendo permitido o emprego de potassa por destruir o verniz dos móveis e o óleo das barras; limpeza diária dos quadros negros após o término das aulas, não sendo permitido o uso de sabão, potassa ou álcool, devendo apenas ser empregado pano umedecido. A cada troca de diretor o demissionário deveria apresentar a seu substituto o inventário do estabelecimento.

Organizado o espaço, as prescrições passam à organização do tempo escolar, estabelecendo flexibilidade quanto ao horário de início dos trabalhos, que seriam determinados pelos “hábitos locais”. O curso dos grupos escolares estava previsto para funcionar em quatro anos, tendo cada um oito classes, quatro para meninos e quatro para meninas. Como analisa Rosa Fátima de Souza:

“O emprego do tempo tornou-se um aspecto extremamente relevante para a racionalização das atividades pedagógicas. Tratava-se de fixar a jornada escolar – início e término das aulas -, estabelecer cadências, ritmos, intervalos, descansos. Implicava os períodos de ocupação e descanso de professores e alunos nos diversos momentos da aula e a fragmentação do saber em matérias, unidades, lições e exercícos, reforçando mais os aspectos que distinguiam uma matéria da outra do que daqueles que as aproximavam. Procedia-se, ainda, à hierarquização de cada matéria, de acordo com o espaço de tempo que lhe teria sido destinado.” (1998, p. 36)

O uso do tempo nas escolas revela alguns movimentos que sugerem uma estruturação ao longo dos anos, bem como uma necessidade de integração das atividades escolares com atividades

<sup>21</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>22</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

familiares, nomeadamente as festas demarcadas no calendário católico, como é o caso do Natal. O ano letivo deveria ter início em 1º de março e terminaria a 31 de dezembro; não haveria aulas nos domingos, no dia 24 de fevereiro; 21 de abril; 1º, 3 e 13 de maio; 11 de junho; 14 de julho; 7 de setembro; 12 de outubro; 2, 15 e 17 de novembro; 24, 25 e 26 de dezembro; nos dois dias de Carnaval; na Quinta, Sexta e Sábado da Semana Santa e nos meses de janeiro e fevereiro<sup>23</sup>. As aulas não deveriam exceder a 40 minutos, nem ter duração menor que 15 minutos, “salvo as aulas de recreação ou de entreterimento - marchas, cantos, exercício calisthenicos, as quaes não deveriam exceder a 10 minutos”<sup>24</sup>. Um recreio geral de meia hora dividiria as funções escolares em dois períodos.

A permanência dos alunos na escola deveria ser controlada e, nos casos em que adoecessem ou necessitassem se retirar antes de terminadas as aulas, o diretor designaria o porteiro ou servente para acompanhá-los. Um controle que revela um pouco da responsabilidade da escola frente aos alunos, bem como da vigilância que esta exercia sobre seus passos. O controle estendia-se aos recreios que deveriam ser fiscalizados pelos professores e praticantes, de acordo com uma escala organizada pelo diretor. O “fiscal do dia” deveria permanecer no pátio do recreio “afim de encaminhar o modo do mutuo tratamento entre alumnos, bem como para encaminhar as suas diversões, ensinar-lhes jogos infantis adequados e proibir correrias, empurrões, palavras descortezes, algazarras”<sup>25</sup>. Nos pátios destinados aos recreios deveria existir um lugar “conveniente”, escolhido pelo diretor, para os alunos privados deste intervalo, em virtude de penas. Este espaço daria visibilidade à punição, que serviria de exemplo. Ou seja, além de um espaço de recreação e descanso, o recreio servia também como espaço de educação.

A matrícula nos grupos escolares e escolas isoladas também foi objeto de regulamentação. Estabeleceu-se idade mínima de sete anos para a matrícula nos grupos escolares e escolas isoladas. No ato de matrícula deveriam ser informados ao diretor nome e sobrenome da criança; idade, dia, mês e ano do nascimento; filiação paterna e profissão do responsável pelo aluno. Seriam privadas da matrícula as crianças de “notórios maos costumes”; aquelas que não estivessem dentro dos limites de idade exigidos; as que padecessem de moléstia contagiosa ou repugnante; “as imbecis e os que, por defeito orgânico, forem incapazes de receber instrução no estabelecimento”; e as que não tivessem sido vacinadas<sup>26</sup>.

As obras didáticas a serem usadas nas escolas públicas também integram o esforço de organização de uma nova estrutura administrativo-pedagógica para as escolas catarinenses. Os livros de leitura são alvo constante de controle do Estado, que designava comissões que os deveriam analisar, sendo o governo aquele que daria a palavra final. Assim, vemos que as reformas não se descuidavam desta matéria. Em 1911, um decreto<sup>27</sup> define um conjunto de livros de leitura a serem adotados, os quais são referendados pelo Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914. Cada aluno deveria ter um livro de leitura; um lápis de pedra; um lápis de pau; um caderno de caligrafia; um caderno de desenho; um caderno de linguagem; um caderno para as contas (3<sup>os</sup> e 4<sup>os</sup> anos); um caderno para cartografia (3<sup>os</sup> e 4<sup>os</sup> anos); uma lousa; uma caneta e penas; materiais para trabalhos manuais e folhas avulsas de papel, quando fosse o caso<sup>28</sup>. Estes materiais eram tidos como necessários para se desenvolver os programas de ensino, os quais receberam várias revisões nas três primeiras décadas do século passado. O “Programma dos Grupos Escolares” revisado e aprovado em 1914, por exemplo, é minucioso, detalhando os conteúdos a serem ensinados em cada ano e as formas de fazê-lo. As orientações – que se caracterizam mais como normatizações da prática do que sugestões de encaminhamento das atividades pedagógicas – revelam que o ensino da leitura constituiu-se num expediente singular na estruturação de formas de aprender, calcadas na repetição de modelos. Os conteúdos escolares modelavam comportamentos pelos valores que veiculavam e pela forma como eram trabalhados. A escola ditava, por seus conteúdos e formas de ensinar, as maneiras de apropriação destes conteúdos e as formas de circular ou se inserir na sociedade. A recomendação de formas repetitivas, que garantiriam a aprendizagem, revela um pouco mais do método, trunfo da escola, que não deveria ser perturbado por interferências externas, tanto é que as cartilhas deveriam ficar nas

<sup>23</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>24</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>25</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>26</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>27</sup> Fonte: Decreto n. 596, de 7 de junho de 1911.

<sup>28</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

classes, “afim de evitar a confusão que adviria si os Paes em casa, para auxiliar, ensinassem por outro methodo<sup>29</sup>”. Note-se que em fase mais avançada, o que estava previsto para acontecer em agosto, a retenção da cartilha seria abolida e os alunos as poderiam levar para casa. É provável que a esta altura eles já tivessem incorporado a estrutura de leitura e aprendizagem ensinada pela escola e as interferências externas não seriam mais perniciosas; ao contrário, os alunos, de posse de suas cartilhas, passariam a ser irradiadores de um modo escolar de aprendizagem.

A “Linguagem Oral” servia como importante momento de inculcação de valores. Vejamos o que estava reservado para os alunos do 1º ano dos grupos escolares. Neste momento, os professores deveriam ocupar-se dos seguintes assuntos:

“Asseio das unhas, mãos, orelhas, nariz, cabellos e dentes, mostrando às crianças os grandes males que podem provir de descuido no asseio destas partes e sobretudo dos dentes. Asseio do corpo – a necessidade dos banhos. Maneira de servirem-se das escovas para dentes, caçados e cabellos, **(o uso diário do pente fino)**. O perigo das frutas verdes. Modo de portarem-se as crianças em casa, nas ruas **(as praças e as ruas não são lugares de recreio para os meninos bem educados e sim os quintaes de suas casas)**. Conselhos relativos aos cuidados com os trastes, brinquedos, livros, cadernos etc. – de uso de cada um. Palestras educativas, que infiltrem no animo infantil o desejo de **ordem e de asseio**.”<sup>30</sup>

A esta altura transparece – e os negritos do texto o indicam - o desejo da escola de fomentar comportamentos calcados na ordem e asseio. Este asseio bem pode ser compreendido na perspectiva de uma assepsia social.

Os conteúdos de Arithmetica também serviam como importante instrumento educativo. Os professores eram alertados para o fato de que as crianças maiores de seis anos já entravam nas escolas com algumas noções quantos aos números, mas em geral desconheciam as possibilidades de combinações: somar, diminuir, multiplicar e dividir. Contudo, recomendava-se que não se deveria ter pressa “pois, o ensino desta disciplina, por sua natureza, deve ser methodizado de modo que desenvolvesse sobretudo o raciocínio, suggira e cultive o espírito de dedução. **É pois uma phase educativa**.”<sup>31</sup>

Conteúdos contemplados no programa de História ajudam a compreender a imagem de Brasil que se tinha.

“O professor em forma de narração, em linguagem muito simples e procurando despertar o gosto e a curiosidade dos alumnos, pela narração, contará [por exemplo] ... que o Brazil é hoje um grande paiz, mas que não o era a princípio, pois só era habitado por selvagens; que o modo de vida dos selvagens era differente do nosso e em que consistia essa differença.”<sup>32</sup>

Convém ressaltar que, entre os conteúdos de Educação Moral e Cívica, os alunos deveriam ser ensinados a “ser leal à sua pátria e orgulhar-se della. [Ter] amor a pátria e como servil-la desde criança”. Mas como se orgulhar e ter amor a uma pátria que teve origem nos “selvagens” na perspectiva mencionada no texto?

O diretor, além de referência administrativa, seria uma referência pedagógica no grupo escolar, cabendo-lhe a função de ministrar aulas a fim de que os professores observassem os métodos e processos de ensino que deveriam seguir. Lembremo-nos de que desde 1904 estava indicada a preferência para a ocupação dos cargos de direção dos grupos escolares pelos professores “que maior capacidade e zelo tenham demonstrado no exercício de suas funções”. O lugar de diretor de grupo escolar era neste contexto um lugar de destaque, de onde se poderia alçar maiores vôos, como, por exemplo, o cargo de inspetor escolar que, a partir de 1918, seria preferencialmente por eles

<sup>29</sup> Fonte: Programma dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de Maio de 1914.

<sup>30</sup> Fonte: Programma dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de Maio de 1914.

<sup>31</sup> Fonte: Programma dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de Maio de 1914.

<sup>32</sup> Fonte: Programma dos Grupos Escolares e Escolas Isoladas do Estado de Santa Catharina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº 796 de 2 de Maio de 1914.



preenchido<sup>33</sup>. Entre outras tarefas, eles deveriam “assistir aulas” a fim de fiscalizar a aplicação dos métodos e dos processos recomendados. Cada diretor estaria obrigado, pelo Regimento dos Grupos Escolares, a ministrar ou assistir no mínimo setenta e duas aulas por mês, o que correspondia a três aulas por dia. A este expediente de modelagem e controle dos trabalhos desenvolvidos no interior das salas de aula aliavam-se outros, provavelmente não menos eficazes, como a análise dos trabalhos dos alunos e comparação de trabalhos de diferentes turmas de uma mesma série, sabatinas orais e escritas com alunos da 3ª e da 4ª série. Acrescente-se, aqui, que as notas de avaliações e exames eram expostas nas paredes das escolas e deveriam registrar o desempenho dos alunos que estavam proibidos de decorarem compêndios ou mesmo apontamentos fornecidos ou ditados pelos professores.

Com o método intuitivo, que servia de base para o trabalho docente nos grupos escolares, opera-se uma reordenação das atividades pela qual a figura do professor passa a ocupar um lugar central. Lembremo-nos de que até então as escolas primárias adotavam o “método Lancaster” ou “ensino mútuo”, funcionando com turmas heterogêneas de alunos - tanto em termos etários quanto “cognitivo” -, utilizando-se de alunos-monitores que atuavam como auxiliares dos professores no ensino dos menos adiantados.

Também a organização da escrituração escolar revela um pouco do como a escola deveria ser lembrada e estava prevista em pormenores, devendo cada grupo ter um conjunto de livros, todos eles “antecipadamente abertos, numerados, rubricados e encerrados pelos respectivos directores”<sup>34</sup>. Haveria livro para registro do ponto, do inventário, de visitas das autoridades escolares, dos visitantes, de compras, de honra para alunos, de pena para alunos, de avisos, de promoção (nos quais deveriam constar nome e grau de aprovação de cada aluno, total de alunos promovidos e total de reprovados), de correspondência, de termos de compromisso (nos quais seriam registrados os termos de compromisso, as licenças, remoções, permutas e exonerações de todos os funcionários do grupo), nomeações, licenças e remoções, de chamada (escriturados conforme os sinais convencionais: comparecimento = c; falta injustificada = f; entrada tarde = f cortado; retirada = c cortado; falta justificada = f\* - f com asterisco) .... Estes livros deveriam ser escriturados com tinta preta, sem borrões, raspaduras ou emendas.

O Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914 prevê, entre os documentos de escrituração escolar, o “Livro Diário das Lições” para os professores de 3º e 4º ano. Como o próprio nome sugere, o registro nestes livros deveria ser diário e feito imediatamente após a retirada dos alunos, “escriturado de modo a conter os assumptos explicados durante o dia, com discriminação por materiais, o numero de aulas ministradas sobre cada assumpto e o methodo seguido”<sup>35</sup>. Observe-se que não deveriam ser registradas as aulas de “**calligraphia, desenho, copia, dictado, reprodução, composição, cartographia, canto, manuaes, gymnastica e musica**”, assim mesmo, colocados em negrito.

Para bem desempenhar suas funções, além de terem nos diretores um modelo a seguir, os professores contariam com reuniões semanais, que aconteceriam sempre aos sábados, depois de terminados os trabalhos escolares. Eles seriam avisados antecipadamente da pauta das reuniões, as quais seriam coordenadas pelos diretores que as deveriam tornar proveitosas, zelando para que versassem sobre os métodos e processos de ensino das matérias dos programas. Nestas reuniões também seriam programados os trabalhos escolares como comemorações, festejos e exames.

Os professores dos grupos escolares seriam nomeados e dispensados livremente pelo governo. As nomeações seriam feitas sem dependência de concursos, devendo recair preferencialmente entre os normalistas e “gymnasiaes”. Os normalistas seriam efetivos e os “gymnasiaes” o seriam após seis meses de exercício. Entre muitos dos deveres dos professores, encontram-se os deveres de: educar física, moral e intelectualmente os alunos; não residir fora da sede do grupo escolar; dar exemplo de moralidade e polidez em seus atos, tanto na escola como fora dela; manter em suas classes o máximo de disciplina; interessar-se pela boa guarda e pela conservação dos móveis e utensílios escolares da sua classe; fazer com zelo, sem borrões, raspaduras e emendas a escrituração que lhe estivesse afeta; consultar e requerer ao governo somente por intermédio do diretor; seguir os métodos e processos de ensino recomendados pelo diretor; comparecer às festas escolares, embora em dias feriados; cumprir fielmente o programa e o horário; não discutir ordens do diretor do grupo... Embora cercadas de

<sup>33</sup> Fonte: Lei n. 1.230, de 30 de outubro de 1918.

<sup>34</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795, de 2 de maio de 1914.

<sup>35</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

dispositivos que permitiam um acirrado controle, as “insubordinações” se faziam presentes e revelam algumas nuances da resistência dos professores. A professora Inês relembra diálogo que teve com o Diretor do Departamento de Ensino, quando este lhe chamou atenção de que havia um artigo no Regimento Interno que estabelecia obediência para o professor em relação aos superiores.

“\_ Está bom Sr. Trindade, então no dia em que alguém mandar eu atirar-me da ponte da Estrada de Ferro do Rio Itajaí Açu eu tenho que me atirar, porque o Regimento Interno manda obedecer? \_ Isso é exagero. \_ Exagero é uma diretora mandar que eu abaixe uma nota que achei que está certa, dizendo que era a presidente da banca examinadora. Eu virei para ela e disse: \_ A senhora poderia ser presidente da República que eu não baixaria. (...) Dei um dez, ela queria que eu desse oito porque ela deu oito. \_ A senhora dê até sete se quiser, mas o meu dez vai ficar. E ficou.” (1994, p. 12)

Os professores que apresentassem porcentagem de promoção superior a 70%, em dois anos consecutivos de efetiva regência em classe teriam a gratificação de 100\$000 e seu nome seria registrado no Livro de Honra da Diretoria da Instrução, mas este encaminhamento era feito pelos superiores, que não deveriam ser desacatados.

Os docentes deveriam conduzir as atividades, lembrando sempre que o comportamento, a aplicação e a assiduidade são deveres atribuídos aos alunos, que deveriam ser por eles convencidos da responsabilidade pessoal e de que constituíam “precioso factor do bom nome do estabelecimento, sendo o professor, o director, a família e o Governo outros factores”.

Apesar do conjunto de instrumentos repressivos, concebidos e disponíveis para manter a disciplina escolar, defendia-se que esta fosse trabalhada de forma preventiva, devendo professores e diretores explicar aos alunos “os inconvenientes das suas faltas, de modo a despertar-lhes o sentimento de honra, a idea do dever, o estímulo e a legitima ambição, antes de usarem dos prêmios e das punições”<sup>36</sup>, diga-se aqui, sempre disponíveis e visibilizados através de vários expedientes. A questão disciplinar ganha especial atenção quando da idealização e normatização dos grupos escolares, afinal, estas escolas serviam como modelo para as demais. Uma série de dispositivos era acionada para reforçar modelos idealizados e a exposição pública era um deles. Uma das estratégias era o elogio público, feito pelo diretor, quando os alunos estivessem formados no pátio. O diretor mandaria sair da forma:

“aquelles que tiverem de ser elogiados, depois do que, em linguagem ao alcance dos alumnos, exaltará o procedimento dos alumnos a elogiar, de modo a concitar os demais alumnos a imitarem o exemplo dos elogiados, sem, no entretanto, menoscabar os demais alumnos”<sup>37</sup>.

Para fazer jus a este tipo de elogio, o aluno deveria ter ótimas notas de comportamento e de aplicação<sup>38</sup> e não registrar nenhuma entrada tardia, retirada antecipada ou ausência durante o trimestre. Apresentando estas credenciais durante dois trimestres, o aluno seria alçado a um novo degrau: a inscrição de seu nome no Livro de Honra para os alunos. Como lembra a professora Ada, “tínhamos um livro onde constava o nome de quem recebeu a honra ao mérito, porque durante aquele trimestre ou semestre tirou nota dez. Era essa a recompensa” (1994, p. 4). Ter o nome ali inscrito representava ser um modelo a seguir, símbolo de um sujeito que cumpria os “deveres dos alunos”.

Além dos deveres estabelecidos os alunos faziam exames três vezes durante o ano, nos meses de maio, agosto e dezembro; o deste último mês deveria ser feito “com toda a publicidade”, precedido de convite nominal aos pais, às autoridades e à imprensa. A professora Ada recorda que estes eram feitos “...com papel almaço, tudo direitinho, com margem, o nome da escola, a data, o nome do aluno, a classe que freqüentava, se era primeiro ou segundo ano. (...) Além das provas escritas tinha o exame oral” (1994, p. 8).

As bancas examinadoras seriam compostas pelo diretor, pelos professores da classe examinada e da classe imediata e mais dois examinadores externos. No caso da chegada do inspetor à escola, este

<sup>36</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>37</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>38</sup> Conforme o Regimento Interno dos Grupos Escolares de 1914 (Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914), as notas de comportamento e as de aplicação seriam expressas pelos coeficientes: 0 = nula; 1 = má; 2 = sofrível; 3 = regular; 4 = boa e 5 = ótima.

assumiria a presidência dos trabalhos. Seria reprovado o aluno que tivesse nota inferior a três. As bancas examinadoras, além de procederem às provas escritas e orais (cujos temas seriam sorteados uma hora antes dos exames), deveriam examinar as provas de caligrafia, desenho, cartografia e trabalhos manuais realizadas pelos alunos no decorrer do ano. Não haveria exame de “gymnastica”, porém, em dia determinado pelo diretor e à vista da banca examinadora, os alunos fariam os exercícios ensinados durante o ano. A entrega dos boletins e atestados de habilitação dos alunos que terminassem o curso deveria acontecer anualmente, “com toda a solemnidade, perante todos os alumnos, em formatura, cabendo ao director dirigir-se aos alumnos, em pequena allocução”<sup>39</sup>. Aliás, as solenidades – divididas em festas e comemorações -, configuravam-se como importante instrumento utilizado para dar visibilidade e fortalecer socialmente a escola.

Nas vésperas dos feriados, os professores e diretores deveriam promover solenidades que infiltrassem “na alma das crianças o amor e o respeito à Patria”. As comemorações seriam promovidas sem aparato, sem convites, somente perante os professores e alunos - proibindo-se os atos que preliminarmente demandassem ensaio -, com o objetivo de incutir no ânimo das crianças amor a si próprias, à família e à pátria. As festas escolares serviam como “complemento à educação cívica dos alumnos e do povo”<sup>40</sup>, devendo acontecer nos dias 3 de maio, 7 de setembro, 19 de novembro e no dia do encerramento dos trabalhos do ano letivo, a 30 de dezembro. O diretor organizaria os programas dos festejos da seguinte forma:

“a 1ª parte dos festejos de 3 de Maio, em homenagem ao Brazil e a 2ª parte à festa das aves; a 1ª parte do programma dos festejos de 7 de Setembro à Independencia e a 2ª parte à festa das arvores; a 1ª parte do programma dos festejos de 19 de Novembro à Republica e a 2ª parte à Bandeira.”<sup>41</sup>

Outro recurso utilizado para visibilizar publicamente a escola, eram as exposições, que deveriam ser organizadas de maneira que os visitantes pudessem “ajuizar do progresso de cada alumno em cada trabalho”. O zelo exigido durante o ano na execução das atividades estaria aqui exaltado ou alcançaria a consagração nos casos em que fosse o trabalho escolhido para compor a exposição anual de todos os grupos, realizada em 24 de fevereiro de cada ano na capital do estado. Fechava-se assim, um ciclo engenhoso e muito bem ordenado.

### Bibliografia

- CATANI, Denice Barbara. “Informação, disciplina e celebração: os Anuários de Ensino do Estado de São Paulo” in: *Revista da Faculdade de Educação*. Universidade de São Paulo. V. 21, n. 2, jul/dez de 1995, pp. 9-30.
- COMPÈRE, Marie-Madeleine (dir.). *Histoire du temps scolaire en Europe*. Paris: Institut National de Recherche Pédagogique/Éditions Économica, 1997.
- CORREIA, António Carlos Luz e SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *A lei da escola: os sentidos da construção da escolaridade popular através de textos legislativos em Portugal e Santa Catarina - Brasil (1880-1920)*. Caderno Prestige; 16. Lisboa: Educa, 2003.
- CUNHA, Maria Teresa Santos. “Uma visita do senhor inspetor: cultura cívica em relatórios escolares” in: MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio e CUNHA, Maria Teresa Santos (Orgs.). *Práticas de memória docente*. São Paulo: Cortez, 2003 (pp. 51-62).
- DALLABRIDA, Norberto. “Colméia de virtudes: O Grupo Escolar Arquidiocesano São José e a (re)produção das classes populares” in: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis/SC, Cidade Futura, 2003 (pp. 281-308).

<sup>39</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>40</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

<sup>41</sup> Fonte: Regimento Interno dos Grupos Escolares, aprovado pelo Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914.

- ELIAS, Norbert. *O processo civilizacional: investigações sociogenéticas e psicogenéticas*. Vol 1: Transformações do comportamento das camadas superiores seculares do ocidente. Tradução de Lídia Campos Rodrigues. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1989.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo/RS: UPF, 2000.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes e VIDAL, Diana Gonçalves. “Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil” in: *Revista Brasileira de Educação*. N. 14. São Paulo: ANPEd, mai/jun/jul/ago de 2000, pp. 19-34.
- FIORI, Neide Almeida. *Aspectos da Evolução do Ensino Público: Ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano*. Florianópolis/SC: Edeme, 1975.
- GUIMARÃES, Orestes de Oliveira. Relatório de 20 de Abril de 1909, apresentado ao Exmo. Sr. Superintendente Municipal de Joinville pelo director em Comissão Orestes de Oliveira Guimarães.
- NÓVOA, António. *Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: subsídios para a história docente em Portugal (séculos XVI – XX)*. Lisboa: Instituto Superior de Educação Física de Lisboa, 1986.
- NÓBREGA, Paulo de. “Grupos Escolares: modernização do ensino e poder oligárquico”, in: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis/SC, Cidade Futura, 2003 (pp. 253-280).
- PIACENTINI, Tânia Maria. “O ensino em Santa Catarina na 1ª República (1889-1930)” in: *Cadernos do CED*. 1(2). Florianópolis/SC: Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, 1984 (pp. 15-46).
- SILVA, Vera Lucia Gaspar da. *Sentidos da profissão docente: estudo comparado acerca de sentidos da profissão docente do ensino primário, envolvendo Santa Catarina, São Paulo e Portugal na virada do século XIX para o século XX*. Tese de Doutorado em História da Educação e Historiografia, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2004.
- SILVA, Vera Lucia Gaspar da. “Regulamentos para instrução: para além do ensino, as condutas”. Trabalho apresentado no *I Congresso Brasileiro de História da Educação – Educação no Brasil: História e Historiografia*. Grupo: Profissão Docente. Rio de Janeiro, nov. de 2000, publicado em Cd Rom.
- SOUZA, Rosa Fátima (1998). *Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Editora da UNESP.
- TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “A Escola Normal Catarinense sob a batuta do Professor Orestes Guimarães” in: DALLABRIDA, Norberto (Org.). *Mosaico de Escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República*. Florianópolis/SC, Cidade Futura, 2003 (pp. 221-252).
- VINCENT, Guy (dir.). *L'éducation prisonnière de la forme scolaire? Scolarisation et socialisation dans les sociétés industrielles*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1994.